



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

LEI COMPLEMENTAR Nº 258 ,DE 06 DE SETEMBRO DE 2006.

**“Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, e dá outras providências”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando de suas atribuições que lhe é conferida nos termos no inciso IV, artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu, **ROBERTO EDUARDO SOBRINHO**, sanciono a seguinte.

## **LEI COMPLEMENTAR:**

### **TÍTULO I**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

##### **Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º.** - Fica organizado, nos termos a presente Lei, o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, na forma prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho, Constituição Estadual e Constituição Federal de 1988.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Art. 2º.** - Considera-se, para os efeitos desta Lei:

**I – Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos:** Conjunto de normas e procedimentos que regulamentam a vida funcional dos servidores do quadro efetivo da Câmara Municipal;

**II – Servidor:** Pessoa legalmente investida em cargo público;

**III – Vencimento:** É a retribuição pecuniária devida ao servidor mensalmente, pelo efetivo exercício do cargo público, com valor fixado em Lei e na forma prevista na Tabela objeto do **Anexo I**.

**IV – Remuneração:** Vencimento do cargo efetivo, acrescido dos valores objeto das vantagens pecuniária, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei;

**V – Provento:** Retribuição paga mensalmente ao servidor aposentado;

**VI – Cargo Público:** Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades de natureza permanente cometidas a servidor público, com denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos da Câmara Municipal de Porto Velho, de provimento em caráter efetivo ou em comissão;

**VII – Cargo de Provimento Efetivo:** Conjunto de funções e responsabilidades, criado por Resolução, com denominação própria, vencimento pago pela Câmara Municipal de Porto Velho e acessível a todo brasileiro capaz e em dia com suas obrigações mediante concurso público;

**VIII – Cargo de Provimento em Comissão:** Conjunto de funções e responsabilidades, criado por Resolução, com base na estrutura organizacional da Câmara Municipal, de livre nomeação e exoneração, atendidas as exigências legais para exercício do cargo;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**IX - Grupo Ocupacional:** Conjunto de categorias funcionais, reunidas segundo a correlação e afinidades entre as atividades, quanto à natureza de trabalho ou o grau de conhecimento, exigível para seu desempenho;

**X - Categoria Funcional:** Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

**XI – Funções Gratificadas:** Conjunto de funções e responsabilidades definidas por Resolução, com base na Estrutura Organizacional da Câmara Municipal, privativas de servidor do quadro de provimento efetivo;

**XII – Carreira:** É o agrupamento de cargos integrantes do plano de carreira e remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional;

**XIII – Classe:** Conjunto de cargos da mesma natureza funcional, semelhantes quanto ao grau de complexidade e nível de responsabilidade;

**XIV – Quadro:** Agrupamento de cargos de provimento efetivo, em comissão e funções gratificadas integrantes do quadro de pessoal da Câmara Municipal, necessário e adequado à consecução dos seus objetivos institucionais;

**XV – Faixa:** É a graduação horizontal ascendente, existente em cada nível;

**XVI – Tabela Salarial:** Conjunto de retribuições pecuniárias devidas ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, escalonados em níveis e faixas;

**XVII – Progressão Funcional:** É o deslocamento do servidor nos níveis e faixas contidas no seu cargo.

**Art. 3º.** - É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## TÍTULO II

### DO PROVIMENTO, DA VACÂNCIA, DA MOVIMENTAÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO

#### CAPÍTULO I

##### Do Provimento

#### SEÇÃO I

##### Disposições Gerais

**Art. 4º.** - São requisitos básicos para investidura em cargo público:

**I** – a nacionalidade brasileira e estrangeiro na forma da lei;

**II** – o gozo dos direitos políticos;

**III** – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

**IV** – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

**V** – a idade mínima de dezoito anos;

**VI** – aptidão física e mental.

**§ 1º** - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo-lhes reservado até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

**Art. 5º.** - A investidura de cargo público dar-se-á com a posse.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Art. 6º.** - São formas de provimento de cargo público:

**I** – nomeação;

**II** – promoção;

**III** – readaptação

;

**IV** – reversão;

**V** – aproveitamento;

**VI** – reintegração;

**VII** – recondução;

### SEÇÃO II

#### Do Concurso Público

**Art. 7º.** – A admissão de pessoal será efetuada mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou da especialidade.

**§ 1º** - Para que seja autorizada a abertura do concurso público, a chefia da unidade interessada deverá solicitar a admissão de pessoal mediante indicação do cargo a ser preenchido e justificar-lhe a necessidade.

**§ 2º** - Observada a existência de vagas e em havendo aprovação para o processo de admissão, será constituída comissão de três membros para realização do concurso público, composta por servidor deste legislativo sobre coordenação da área de recursos humanos.

**§ 3º** - Para a elaboração e correção das provas será designada banca examinadora, da qual poderão fazer partes servidores e pessoas externas à Câmara desde que seja técnicas nas especialidades a serem preenchidas.

**§ 4º** - A Câmara poderá, a seu critério, delegar a atribuição de realizar concurso público a entidade público ou privado de notória seriedade e competência nesse tipo de certame, com o acompanhamento da comissão referida no § 2º deste Artigo.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Art. 8º.** - O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

**§ 1º** - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial do Município e em jornal diário de grande circulação.

**§ 2º** - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

**Art. 9º.** – Os vencimentos de admissão do novo servidor corresponderão, na tabela salarial, ao nível inicial do cargo a ser preenchido.

**Art.10** - Consideram-se servidores estáveis, todos aqueles admitidos através de concurso público de provas ou de provas e títulos da Câmara Municipal de Porto Velho, desde que completado o período do estágio probatório.

**§ 1º.** - Consideram-se, também, servidores estáveis, todos aqueles admitidos sem concurso público de provas ou de provas e títulos, anterior ao dia 5 de outubro de 1983.

**§ 2º.** – O servidor que vier a perder o cargo público em razão da perda da estabilidade, fará jus à indenização correspondente a um mês da maior remuneração por este percebida, por cada ano de serviço.

### CAPITULO II

#### Dos Grupos Ocupacionais

**Art. 11.** - Segundo a correlação, afinidade, natureza dos trabalhos e o nível de conhecimentos aplicados, os Grupos Ocupacionais abrangem várias atividades, compreendendo:

**I – Consultoria e Representação Judicial:** Cargos que abrangem atividades de representação judicial, consultoria e orientação jurídica, composto pelos cargos de Procuradoria Geral e Sub-Procuradores;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**II – Apoio Técnico Administrativo:** Cargos que compreendem as atividades auxiliares e técnicas, para cujo provimento é exigida escolaridade de nível médio completo ou curso equivalente;

**III – Apoio Operacional e Serviços Diversos:** Cargos que compreendem atividades auxiliares, geralmente elementares e de rotina, cujo provimento requer escolaridade de até a 8ª série do ensino fundamental.

**IV –** A estrutura dos cargos relativos aos grupos ocupacionais, consultoria e representação judicial é a constante do anexo II.

### CAPITULO III

#### Das Tabelas Salariais

**Art. 12.** - Os vencimentos-bases dos grupos ocupacionais estão distribuídos em treze (13) níveis, contendo quinze (15) faixas, devidamente escalonadas, observando o intervalo contínuo entre as faixas.

**§ 1º.** - Os intervalos entre os níveis variam na proporção contínua de 10% (dez por cento) e, de 5% (cinco por cento), entre as faixas.

**§ 2º.** – Excetua-se do disposto no “caput” deste artigo, as tabelas de vencimentos dos Grupos Ocupacionais dos Cargos de Direção e Assessoramentos Superiores, Funções Gratificadas, Consultorias e Representação Judicial, as quais terão estruturas diferenciadas.

**§ 3º.** – Os valores dos vencimentos dos cargos públicos, bem como a quantidade de cada cargo de provimento efetivo e de provimento em comissão e função gratificada, serão publicados, anualmente no Diário Oficial do Município, até o último dia útil do mês de março.

**§ 4º** - A tabela salarial dos servidores do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho é a constante no **Anexo I**.

**§ 5º** - Fica determinada a data-base, para reajuste da tabela salarial dos servidores do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, o mês de maio de cada ano, exceto o ano de implantação desta lei.

### CAPITULO IV



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## Do Quadro Geral de Pessoal

**Art. 13.** – O Quadro Geral de Pessoal é constituído pelo somatório dos cargos de provimento efetivo, dos cargos de provimento em comissão e das funções gratificadas, existentes na Câmara Municipal de Porto Velho.

**Art. 14.** – O Quadro de Provimento em Comissão e as Funções Gratificadas da Câmara Municipal de Porto Velho, obedecerão aos quantitativos e símbolos previstos na Resolução nº 485/CMPV, de 28 de março de 2003.

§ 1º - Do quadro de provimento em comissão e as funções gratificadas da Câmara Municipal de Porto Velho, de livre nomeação e exoneração do chefe do Poder Legislativo Municipal, 09 (nove) serão ocupadas por servidores do quadro de provimento efetivo, que deverá ser indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Municipal, escolhidos em Assembléia geral da categoria, observado as especificações técnicas do cargo quanto ao nível de escolaridade e exigências legais .

I – 03 (três) cargos no ano de implantação desta lei, compreendendo o mandato 2007 à 2008.

II – Os demais serão preenchidos da seguinte forma:

- a) – 03 (três) cargos no mandato compreendendo o período de 2009 à 2010.
- b) – 03 (três) cargos no mandato compreendendo o período de 2011 à 2012.

§ 3º - Quando a nomeação recair em servidor do Quadro Efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, o pagamento será efetuado a título de Gratificação de Função e passará a compor a remuneração enquanto durar a nomeação do servidor.

**Art. 15.** – A Licença Maternidade às mães servidoras da Câmara Municipal de Porto Velho, será de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º O prazo para a contagem desse tempo será aplicado de acordo com as normas vigentes, sem prejuízo da sua remuneração.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

§ 2º Durante todo o período da licença maternidade a mãe da criança não poderá exercer qualquer atividade remunerada e nem colocar a criança recém-nascida em creche ou organização similar.

§ 3º - Em caso de descumprimento do disposto no caput deste Art., a servidora pública da Câmara Municipal de Porto Velho, perderá o direito a ampliação à licença bem como da respectiva remuneração.

### CAPITULO V

#### Da Evolução Funcional

**Art. 16.** – A evolução do servidor na categoria funcional de que seja ocupante, dar-se-á através da Promoção ou Progressão.

### SEÇÃO I

#### Da Promoção

**Art. 17.** – A Promoção será realizada dentro da mesma categoria funcional mediante a passagem do servidor de um determinado nível para outro imediatamente superior.

§ 1º. – A Promoção Funcional dar-se-á somente nos cargos de carreira e restringir-se-á às mesmas;

§ 2º. – Cada cargo será desdobrado em níveis, indicados por números arábicos, que constituem a linha vertical da Tabela Salarial – **Anexo I**;

§ 3º. – Regra geral, para ser promovido, o servidor deverá encontrar-se em efetivo exercício e:

- I – Ter cumprido o interstício de quatro anos de efetivo exercício no mesmo nível;
- II – Haver disponibilidade orçamentária e financeira;
- III – Pontuação obtida no último crescimento horizontal;
- IV - Apresentação e validação:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

- a) Escolarização formal superior à exigida para o exercício do cargo;
- b) Merecimento;
- c) Tempo de gerenciamento de equipes decorrentes de designação formal;
- d) Participação em comissões instituídas por Decretos do Legislativo;
- e) Participação como docente em programas de capacitação.

§ 4º – Não será concedida Promoção a servidor:

I – Em estágio probatório;

II–Que tenha atingido o último nível da tabela correspondente ao cargo em que se enquadra;

III–Inativo.

### Seção II

#### Da Progressão

**Art. 18.** –A Progressão Funcional é a elevação do servidor à faixa imediatamente superior àquela em que se encontra dentro de um mesmo nível;

**Parágrafo único** - Fará jus à progressão na carreira o servidor que encontrar-se em efetivo exercício, após ter cumprido o interstício de dois anos de efetivo exercício na mesma faixa e que tiver recebido avaliação de desempenho individual satisfatória desde a sua progressão anterior.

**Art. 19.** – A avaliação de desempenho necessária às progressões será regulada por ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Velho, que definirá as condições e critérios próprios.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

§ 1º - As avaliações serão realizadas, bienalmente, nos meses de março e setembro, contando os efeitos financeiros a partir dos meses de abril e outubro, para os servidores que completarem o interstício até os meses de fevereiro e agosto, respectivamente.

§ 2º - Fica instituída a Comissão Permanente de Acompanhamento, Avaliação e Gestão, com competência de coordenar os trabalhos relativos às progressões e normas complementares ao Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores do Quadro de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, composto pelos seguintes membros:

- a) Diretor do Departamento de Pessoal;
- b) 03 (três) servidores do Quadro de Provimento Efetivo, escolhidos através do voto;
- c) 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal.
- d) 02 (dois) Vereadores, contemplado a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º - Ao servidor cedido a outros órgãos da administração, será aplicada avaliação bienalmente, mediante instrumento fornecido pela Câmara Municipal de Porto Velho.

**Art. 20** - Não serão objetos de avaliação de desempenho e progressão, os servidores que se encontrem:

- I – em disponibilidade;
- II – em licença sem o pagamento de vencimentos;
- III – com faltas não abonadas no período objeto de sua avaliação;
- IV – cumprindo suspensão disciplinar;
- V – cumprindo prisão decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

**Art. 21** - O servidor da Câmara Municipal de Porto Velho somente transmutará de um para outro cargo de provimento efetivo, diferentemente daquele para o qual foi concursado, em caso de submeter-se a um novo concurso público de provas ou de provas e títulos.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## CAPITULO VI

### Da Capacitação Funcional

**Art. 22.** - A capacitação funcional compreenderá, cursos de formação inicial, constituídos de módulos teóricos e práticos e programas permanentes de aperfeiçoamento e especialização correspondentes à natureza e às exigências dos diferentes Grupos Ocupacionais e classes da carreira.

**Art. 23** - Fica criado o Programa Permanente de Capacitação Funcional, a ser disciplinado por Ato do Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, com a finalidade de atender ao desenvolvimento dos recursos humanos dos seus servidores.

**§ 1º** - O Programa Permanente de Capacitação de Pessoal será planejado, organizado e executado, semestralmente, de forma integrada ao plano de carreira, cargos e vencimentos, tendo por objetivo:

**I** – No curso de formação básica, a preparação dos servidores ali compreendidos, objetivando aferir-lhes a aptidão e o potencial de trabalho, bem como suplementando e transmitindo conhecimentos, métodos e técnicas;

**II** – Nos programas regulares de aperfeiçoamento e especialização, a habilitação dos servidores para o adequado desempenho das suas atribuições;

**III** – Nos programas de capacitação para direção e assessoramento, assistência e chefia, a habilitação para o exercício de cargos em comissão e funções gratificadas;

**IV** – Em outros programas, a atualização e a obtenção de conhecimentos complementares ligados à formação geral, inclusive relações humanas e sociais.

**§ 2º** - É vedada a alegação de necessidade de serviço, visando impedir a participação do servidor em atividades de treinamento.

**§ 3º** - Os eventos do programa serão objetos de cronograma, estabelecido pelo órgão competente de pessoal da Câmara, realizando-se preferencialmente, fora do horário de expediente.

**Art. 24** - Os cursos de formações básicas e os programas regulares de aperfeiçoamento e especialização poderão ser realizados diretamente pelo Poder Legislativo Municipal ou mediante convênios, acordos, ajustes ou contratos com instituições de prestação de serviços especializados, observada a legislação pertinente.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Art. 25** - A participação de servidor em Programa Permanente de Capacitação, constitui condição essencial para o seu desenvolvimento na carreira, conforme definido em Ato do Chefe do Poder Legislativo Municipal.

## CAPITULO VII

### Da Administração do Sistema de Pessoal

**Art. 26** - Compete ao Departamento de Pessoal da Câmara Municipal de Porto Velho, expedir normas complementares, coordenar, orientar e fiscalizar a implantação e administração do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, e aos órgãos setoriais do sistema, a sua execução.

## CAPITULO VIII

### Da Lotação

**Art. 27.** – Lotação é a força de trabalho qualitativa e quantitativa necessária ao desenvolvimento das atividades normais e específicas dos órgãos da Câmara Municipal de Porto Velho.

**Parágrafo único** – A lotação própria de cada órgão da Câmara Municipal de Porto Velho, será estabelecida através de Ato do Chefe do poder Legislativo Municipal.

**Art. 28** - Fixada a lotação de que trata o artigo anterior, o órgão de Pessoal da Câmara Municipal de Porto Velho constituir-se-á em centro de lotação de cargos, cabendo-lhe o controle de provimento.

**Parágrafo único** – A lotação dos servidores no âmbito dos órgãos da Câmara Municipal, é da competência da Presidência da Câmara Municipal.

**Art. 29** - A movimentação de servidores entre os setores da Câmara Municipal, quando for o caso, será processada por Ato do Presidente ou a pedido do próprio servidor, respeitadas as suas respectivas lotações, observados os Grupos Ocupacionais, as Classes e os Cargos a que pertençam.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Parágrafo único** – Em nenhuma hipótese se admitirá movimentação de funcionários como forma de punição.

## CAPITULO IX

### Do Enquadramento

**Art. 30.** – A composição dos Grupos Ocupacionais e dos cargos é a enunciada no **anexo II** desta Lei.

## CAPITULO X

### Da Política de Vencimentos e de Proventos

**Art. 31** - Os vencimentos a serem fixados com base nesta Lei, em hipótese alguma, poderão ser inferiores aos que hoje percebem os servidores, a título de remuneração, incluídos o padrão e as vantagens pecuniárias, salvo se estiverem em desacordo com o teto previsto no art. 37, inciso XI da CF de 1988.

**Art. 32** – O teto dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Porto Velho, não excederá de maneira alguma e sob qualquer pretexto, o subsídio mensal do Prefeito do Município de Porto Velho, na forma do art. 37, inciso XI da CF de 1988.

**§ 1º** - O vencimento de que trata esta Lei, estará protegido pelo princípio da irredutibilidade, na forma prevista no art. 37, incisos XI e XV da CF de 1988, alterada pela Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998.

**Art. 33** – A fixação dos padrões de vencimentos e dos demais componentes do sistema remuneratório, observará:

**I** – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

**II** – os requisitos para a investidura;

**III** – as peculiaridades dos cargos.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Art. 34** – Anualmente, a Mesa Diretora procederá a revisão dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, através de Lei de iniciativa própria desta, sempre na mesma data e sem distinção de índices, na forma prevista no art.37 e inciso X, da CF de 1988, alterada pelas Emendas Constitucionais nº 19/98 e 25/00.

**Art. 35** – Os servidores da Câmara Municipal de Porto Velho que alcançarem a inatividade, terão suas remunerações convertidas em proventos, sujeito ao regime próprio de reajuste salarial.

**Parágrafo Único** - Com a aplicação desta Lei, os atuais inativos e pensionistas da Câmara Municipal de Porto Velho, terão o mesmo tratamento dispensado aos servidores em atividade, excluindo os benefícios de ordem transitória decorrente da atividade.

**Art. 36** – Como forma de dinamizar a política de vencimentos a ser aplicada aos servidores, fica criada na Câmara Municipal de Porto Velho, de acordo com o dispositivo no art. 39 da Constituição Federal de 1988, em consonância com a emenda Constitucional nº 19/88, o **Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal**

**Parágrafo único** – integrarão o Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal da Câmara Municipal de Porto velho, o Diretor do Departamento de Pessoal da Câmara, 03 (três) servidores do quadro de provimento efetivo da Câmara escolhidos através do voto e 01 (um) representante do sindicato dos servidores da Câmara Municipal de Porto Velho, que serão nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo os mesmos serem reconduzidos para o exercício de mais um mandato.

**Art. 37** – A estrutura dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Porto Velho corresponde ao valor do vencimento, acrescido das vantagens legalmente concedidas.

**Parágrafo único** – Fica resguardado o direito à percepção de reajuste sempre que houver mudança na remuneração dos Cargos em Comissão ou Função de Confiança, às parcelas de quintos incorporados.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## CAPITULO XI

### Das Gratificações e Adicionais

**Art. 38** – Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão atribuídas aos servidores do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, as seguintes gratificações e adicionais:

**I** – Gratificação Especial;

**II** – Adicional pela prestação de atividades insalubres, perigosas ou danosas;

**III** – Gratificação de 2/3;

**IV** – Adicional por tempo de serviço.

**V** – Gratificação por titulação em curso de pós-graduação “lato sensu”, mestrado ou doutorado.

**VI** – Gratificação de Plenário.

**Art. 39** – A Gratificação Especial será devida ao servidor do quadro efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho que tenha concluído nível superior, a título de incentivo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) incidente sobre o vencimento.

§ 1º - Somente fará jus à gratificação especial, o servidor do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, que apresentar, no Departamento de Pessoal, a comprovação de ter concluído o curso de nível superior, através do diploma ou certificado de conclusão do curso, devidamente reconhecido.

§ 2º - A gratificação prevista neste artigo não se incorpora no vencimento, exceto para os efeitos de aposentadoria no momento da passagem para a inatividade, se concluído o curso.

§ 3º - Não será concedido nenhum incentivo a servidor, com efeito retroativo a qualquer data que anteceda a apresentação da documentação exigida ao Departamento de Pessoal.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**§ 4º** - Submetendo-se o Servidor a novo concurso público de provas ou de provas e títulos, para os fins de mudança de cargo público, cessa a concessão da gratificação especial.

**§ 5º** A gratificação por titulação em curso de pós-graduação “lato sensu”, mestrado ou doutorado é devido aos servidores do quadro de provimento efetivo e observará os seguintes percentuais:

**I** – Pós-Graduação “lato sensu” com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, em curso correspondente a área de atuação, 30% (trinta por cento) sobre o valor de seu vencimento.

**II** – Mestrado em cursos correspondente a área de atuação, 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor de seu vencimento.

**III** – Doutorado em curso correspondente a área de atuação, 40% (quarenta por cento) sobre o valor de seu vencimento.

**§ 6º** - A gratificação por titulação em curso de pós-graduação “lato sensu”, mestrado ou doutorado, não é cumulativa.

**§ 7º** - A gratificação de plenário é devido ao servidor do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, em efetivo exercício da função, quando do funcionamento do plenário, fará jus ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor de seu vencimento.

**Art. 40** - O servidor que trabalhar com habitualidade em locais insalubres, ou em contato com substâncias tóxicas, radioatividade, ou com risco de vida, fará jus ao adicional respectivo de acordo com o índice apurado e no percentual de 10% (dez por cento) no grau mínimo; 20% (vinte por cento) no grau médio e; 30% (trinta por cento) no grau máximo, incidente sobre o valor do seu vencimento.

**§ 1º** - O direito ao adicional cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

**§ 2º** - Não haverá acúmulo dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, devendo o servidor optar por um deles.

**Art. 41** - A concessão da gratificação de que se trata o inciso III do artigo 38º, da presente Lei, fica vinculada ao servidor do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Porto Velho, lotado no Departamento de Pessoal e Departamento



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Financeiro, Contabilidade e Orçamento, não se incorporando a mesma aos seus vencimentos.

**Art. 42** - O adicional por tempo de serviço (quinqüênio) de que trata o inciso IV do artigo 38, da presente Lei, é devido a razão de 10% (dez por cento) a cada 5 (cinco) anos de serviço público efetivo, e será calculado sobre o valor da remuneração do Servidor, excluindo-se da base de cálculo os quinqüênios já concedidos anteriormente, assim como qualquer outra vantagem relacionada com o tempo de serviço, incorporando-se ao vencimento.

**Parágrafo único** – O servidor fará jus ao adicional, automaticamente, a partir do mês em que completar o quinqüênio.

**Art. 43** - As gratificações previstas nesta Lei, não serão objeto de incorporações aos atuais vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Porto Velho, os quais farão jus às mesmas apenas enquanto permanecerem desempenhando cargos ou funções para as quais tenham sido nomeados ou designados exceto àquelas que esta Lei dispor de forma contrária.

**Art. 44** - O servidor da Câmara Municipal de Porto Velho, que adquiriu o direito a incorporar à sua remuneração a gratificação pelo exercício de cargos em comissão ou função de confiança, poderão requerer tal gratificação conforme legislação vigente.

### CAPITULO XII

#### Da Implantação do Plano

**Art. 45** - A implantação administrativa do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos de que trata esta Lei far-se-á, concomitantemente, em todos os órgãos que compõem a estrutura organizacional básica da Câmara Municipal de Porto Velho.

**Parágrafo único** – O Presidente da Câmara Municipal baixará os atos normativos necessários à perfeita implantação do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos de que trata esta Lei.

### CAPITULO XII

#### Das Disposições Finais e Transitórias

**Art. 46** – Aos Servidores da Câmara Municipal de Porto Velho, serão aplicadas as normas constantes do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Art. 47** - O servidor da Câmara Municipal de Porto Velho, integrante do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos de que trata nesta Lei, fica sujeito a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, facultado ao Presidente do Legislativo, dispor de forma contrária, através de resolução da Mesa Diretora.

**Art. 48** - O servidor da Câmara Municipal de Porto Velho, que, por imperiosa necessidade de serviço, devidamente justificada pelo superior hierárquico, deixar de gozar as suas férias regulamentares, no prazo de até um ano depois de completado o período aquisitivo, terá direito à indenização, em pecúnia, no valor correspondente ao mês de vencimento acrescida de 1/3 (um terço) constitucional.

**Art. 49** - Salvo por imposição legal ou determinação judicial, nenhum desconto incidirá sobre os vencimentos ou a remuneração do servidor.

**Parágrafo único** – Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em norma própria.

**Art. 50** - A licença prêmio e as férias não gozadas não poderão, em hipótese alguma, serem convertidas em tempo de serviço para fins de aposentadoria e disponibilidade, caso o servidor tenha completado tais períodos após o dia 16 de dezembro de 1998.

**§ 1º** - A acumulação de licença prêmio ou de férias por mais de dois períodos, por parte do servidor, implicará na perda automática do excedente.

**§ 2º** - No caso de licença prêmio não gozada, por imperiosa necessidade de serviço, somente poderá ser esta convertida em abono pecuniário, por ocasião da aposentadoria do Servidor e não tendo a mesma sido necessária para a contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria.

**Art. 51** - O valor correspondente às despesas de pessoal da Câmara Municipal de Porto Velho, em hipótese alguma poderá exceder o limite legal estabelecido no art. 29-A, III, § 1º, da CF de 1988.

**Art. 52** - Em decorrência da aplicação desta lei, fica assegurada a irredutibilidade de vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Porto Velho.

**Art. 53** - As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Porto Velho.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Art. 54** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2007.

**Art. 55** - Esta Lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e o caso julgado, sendo que qualquer ato elaborado em discordância com os dispositivos desta Lei será considerado nulo de pleno direito.

**Art. 56** - Revogam-se as disposições em contrários, especialmente as Resoluções nºs 375/CMPV-94, 379/CMPV-94, 383/CMPV-94, 384/CMPV-94, 394/CMPV-94, 396/CMPV-95, art. 8º da Resolução nº 397/CMPV-95, 408/CMPV-95, 407/CMPV-95, 410/CMPV-95, 420/CMPV-96, 427/CMPV-97, 434/CMPV-97, 437/CMPV-97, 461/CMPV-99, e 472/CMPV-01, preservado, em qualquer caso, o direito adquirido.

**ROBERTO EDUARDO SOBRINHO**  
Prefeito do Município

MÁRIO JONAS FREITAS GUTERRES  
Procurador Geral do Município

**Projeto de Lei Comp. nº 370/2006**  
**Autoria: Mesa Diretora**